

BOLETIM 1467

Brasília (DF), 2 de setembro de 2026



7º Seminário FETICOM-NO-NE

OS ATUAIS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL E DOS TRABALHADORES CONTRICOM presente!

Foi realizado nesta sexta-feira, 28/08, o 7º Seminário dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Norte e Nordeste. O evento foi coordenado pelo presidente da Federação, Edivan Mariano Cruz **(foto no destaque)**, e discutiu uma série de temas de interesse do movimento sindical e dos trabalhadores, especialmente os das categorias representadas pela entidade: construção e mobiliário.

A atividade reuniu dirigentes sindicais das entidades filiadas à FETICOM-NO-NE, advogados e profissionais ligados ao mundo do trabalho.



O debate inicial foi feito pelo atual presidente da CONTRICOM e da FETRACONSPAR, Reinaldim Barboza Pereira **(foto no destaque)**, que falou sobre o atual sistema confederativo de representação sindical e das experiências bem sucedidas à frente da Federação que preside no Paraná. Houve um amplo debate sobre o assunto.



Renaldim ressaltou a importância da atividade e conclamou demais federações filiadas à CONTRICOM a realizarem eventos semelhantes: “muito importante que iniciativas como essa sejam reproduzidas em todo país. Nossa confederação estará sempre à disposição para apoiar atividades que reforcem a qualificação de nossos dirigentes para enfrentar os atuais e difíceis desafios do momento”.

Na sequência, Gilberto Coutinho Freire, cientista político e ex-secretário de Estado, tratou do tema: “Histórico do Movimento Sindical e conjuntura política em Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte”.

Denilson Pestana **(foto abaixo)**, que também coordena a representação regional da ICM (Internacional da Construção e da Madeira), abordou o tema “Relações Sindicais no Brasil e no Mundo”. Por fim, o advogado e consultor trabalhista Arthur Weinberg, ministrará palestra sob o tema “Pejotização e o Ataque à Organização Sindical”.





STICOMBE Brasília:

3º ENCONTRO DE CIPEIROS DA CONSTRUÇÃO REFORÇA PAPEL ESTRATÉGICO DA PREVENÇÃO

Realizado no dia 25/08, no auditório do SINDUSCON-DF, o **3º Encontro de Cipeiros da Construção Civil do Distrito Federal** reuniu trabalhadores, empresários, profissionais de segurança do trabalho e representantes de entidades do setor. O encontro representa uma vitória dos trabalhadores e já está consolidado na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria *(foto)*.

Na ocasião, foram debatidos temas relacionados à prevenção de acidentes, gestão de riscos e o enfrentamento ao assédio nos ambientes de trabalho. A atividade, patrocinada pelo STICOMBE Brasília e o SINDUSCON-DF, contou com a coordenação do CPR-DF e o apoio de vários parceiros institucionais, entre os quais o SECONCI-DF, aos quais desde já agradecemos.

O presidente do Sindicato, Raimundo Salvador, que também é dirigente da CONTRICOM, acompanhou todo o evento e, ao se dirigir aos presentes, falou do significado da conquista, ressaltou a preocupação, ainda, com o elevado índice de acidentes, doenças laborais e casos de assédio, e conclamou à união de todos – trabalhadores, empresários e governo – no fortalecimento das políticas de prevenção. O diretor do SINDUSCON-DF, José Antônio Bueno representou a entidade patronal e ressaltou a importância dos cipeiros no cotidiano das empresas.

Governo afirma que fila do INSS caiu 59% em agosto

O governo anunciou nesta terça-feira que a fila de requerimentos para obter benefícios do INSS caiu para 1,282 milhão em agosto (dado parcial até dia 24). Em janeiro, aguardavam na fila 3,073 milhões de pedidos de benefícios, o que representa uma queda de 59%. De acordo com nota divulgada pelo Ministério da Previdência, esse é o menor patamar desde 2023.

O anúncio foi feito durante reunião do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS). Na ocasião, o diretor de Benefícios do INSS, Leonardo Bittencourt, informou que os processos que aguardam na fila há mais de 45 dias somaram 261 mil em agosto. O volume representa redução de 86% em relação a janeiro deste ano, quando havia 1,882 milhão de pessoas aguardando há mais de 45 dias.

Ele também destacou que o índice de novas concessões subiu para 67% entre janeiro e julho, o que representa, em média, 730 mil benefícios por mês. A média mensal no mesmo período de 2025 foi de 641 mil requerimentos.

Reportagem do GLOBO mostrou que, em um movimento que ajuda a reduzir a fila do INSS em meio ao período eleitoral, o governo aumentou em 70% o número de requerimentos indeferidos entre janeiro e maio deste ano, na comparação com o mesmo período de 2025. Foi o maior patamar de indeferimentos desde 2021.

Na semana passada, o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu manter a concessão de benefícios previdenciários como na Lista de Alto Risco da administração pública federal, devido à fila INSS e ao aumento do indeferimento dos pedidos.

Fonte: Agência O Globo

PEC do fim da escala 6x1 passa na CCJ do Senado e vai a Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira (2) a proposta de emenda à Constituição que acaba com a chamada escala 6x1 – seis dias de trabalho e um de repouso. A matéria vai a Plenário.

A PEC 221/2019, relatada pelo senador Omar Aziz (PSD-AM), reduz a jornada máxima de trabalho semanal de 44 para 40 horas. A proposta fixa período de até oito horas diárias, com possibilidade de compensação de horários e redução da jornada por acordo ou convenção coletiva de trabalho. O texto também estabelece repouso semanal remunerado de dois dias, um deles preferencialmente aos domingos, sem redução salarial.

O texto original foi aprovado em votação simbólica (havia 27 senadores presentes), com votos contrários de Rogério Marinho (PL-RN), Jaime Bagattoli (PL-RO), Hamilton Mourão (Republicanos-RS) e Tereza Cristina (PP-MS). Os senadores aprovaram requerimento para tramitação da PEC em calendário especial no Plenário, para abreviar os prazos regimentais.

Tendo como primeiro signatário o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), a PEC havia sido aprovada no Plenário da Câmara em maio deste ano. Na CCJ do Senado foram apresentadas 36 emendas, todas rejeitadas pelo senador Omar Aziz. O relator explicou que alterações retornariam o texto à nova deliberação dos deputados, mas salientou que serão, sim, necessários alguns ajustes a serem propostos em outras matérias.

Os senadores da CCJ rejeitaram destaque a uma emenda apresentada pelo senador Rogério

Marinho, que afirmou não ser razoável que o texto da Constituição defina jornada e escala de trabalho. Ele defendeu que “a escala possa ser mutável”, de forma a não ter uma escala única.

Marinho chegou a pedir vista regimental, após quase cinco horas de debate, o que levou a uma suspensão da reunião durante uma hora, concedida pelo presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA). Reiniciada a reunião, Omar Aziz alegou que qualquer alteração no texto original exigiria devolver a PEC à Câmara.

A PEC agora segue ao Plenário, onde tem que passar por cinco sessões de discussão antes da votação em primeiro turno. Para ser aprovada, precisa do voto de três quintos dos senadores, o equivalente a 49 dos 81 parlamentares, em dois turnos de votação. Entre o primeiro e o segundo turno, deve ser cumprido o intervalo previsto pelo Regimento da Casa. Esses prazos podem ser reduzidos por acordo.

Apoio - Durante a leitura do parecer, o senador Omar Aziz rebateu críticas à PEC com relação a possíveis consequências para a economia brasileira. Ele lembrou que, em décadas passadas, a introdução do 13º salário e da redução da jornada semanal de 48 para 44 semanais não prejudicaram o país. Disse ainda que se estima que a nova jornada irá beneficiar mais de 37 milhões de trabalhadores, dos quais mais de 57% são mulheres, com jornada múltipla de atividades. O relator ressaltou ainda que pesquisas comprovam que “o trabalhador descansado rende mais e erra menos”.

— Esse patamar [44 h/semanais] permanece inalterado há 38 anos, período ao longo do qual a economia brasileira passou por transformações profundas em produtividade, incorporação tecnológica e organização produtiva. A revisão do parâmetro constitucional não é, nesse contexto, ruptura, mas atualização há muito devida, disse.

Fonte: Agência Senado

Oposição tenta manter 44 horas e ampliar exceções na PEC da escala 6x1

Emendas alongam transição, ampliam espaço para acordos e flexibilizam segundo dia de descanso. Relator defende manutenção do texto aprovado pela Câmara. Proposta abre pauta da CCJ do Senado na quarta-feira.

Senadores de oposição lideram uma tentativa de flexibilizar pontos centrais da PEC que acaba com a escala 6x1, primeiro item da pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta quarta-feira (2). As propostas tentam manter a jornada de 44 horas em algumas situações, ampliar o espaço para negociação entre patrões e empregados, criar exceções e estender o prazo para a chegada ao limite de 40 horas semanais.

A PEC 221/2019 recebeu 25 emendas. Izalci Lucas (PL-DF) apresentou nove, Orioivisto Guimarães (PSDB-PR), seis, Hermes Klann (PL-SC), três, e Hamilton Mourão (Republicanos-RS), uma. Juntos, concentram 19 propostas.

O texto aprovado pela Câmara reduz de 44 para 40 horas a jornada máxima semanal e garante dois dias de repouso remunerado, sem redução salarial. A transição dura 14 meses: o teto cai para 42 horas dois meses após a promulgação e chega a 40 horas um ano depois. A proposta já admite alguma flexibilização por acordo ou convenção coletiva. As emendas da oposição procuram ampliar esse espaço e criar novas exceções.

Veja as emendas apresentadas à PEC do fim da escala 6x1.

Manutenção das 44 horas

Izalci quer preservar na Constituição o atual limite de 44 horas semanais e deixar eventual redução para acordo ou convenção coletiva. Na

prática, a emenda retiraria da PEC a redução obrigatória para 40 horas.

Orioivisto também propõe exceções ao novo teto. Uma de suas emendas permite jornadas de até 44 horas por lei, acordo ou convenção coletiva em setores como saúde, transporte, segurança, comércio, hotelaria, agronegócio e serviços essenciais.

Mais tempo para chegar às 40 horas

Orioivisto propõe reduzir uma hora por ano: 43 horas no primeiro ano, 42 no segundo, 41 no terceiro e 40 apenas no quarto. O texto da Câmara conclui a transição em 14 meses. Izalci apresentou proposta semelhante.

Hamilton Mourão quer autorizar, mediante negociação coletiva, jornadas como 12x36 e escalas 4x4 e 3x3. Orioivisto também propõe mais liberdade para acordos e convenções organizarem a distribuição da jornada.

Segundo dia de descanso também é alvo

Izalci tenta modificar outro ponto central da PEC. Em suas emendas, mantém dois dias sem trabalho, mas permite que apenas um seja considerado repouso semanal remunerado em determinadas situações.

Relator quer preservar texto da Câmara

Relator da PEC, Omar Aziz (PSD-AM) já sinalizou resistência às mudanças. O parecer apresentado na quinta-feira (27) recomenda a aprovação integral do texto da Câmara e rejeita as 12 primeiras emendas. As outras 13 foram apresentadas depois e encaminhadas ao relator. O parecer disponível no Senado ainda não se manifesta sobre elas.

A estratégia de Omar Aziz é evitar mudanças de mérito e uma nova passagem pela Câmara. A PEC ainda precisa de dois turnos no Plenário do Senado, com ao menos 49 votos em cada um. Se prevalecer a posição do relator, o texto poderá seguir para promulgação. Se o Senado aprovar alguma mudança de mérito, terá de voltar à Câmara.



Domingo de mobilização reforça pressão pelo fim da escala 6x1

Trabalhadores e trabalhadoras ocuparam as ruas de diversas cidades brasileiras neste domingo (30) para defender o fim da escala 6x1 e pressionar o Senado pela aprovação da PEC nº 221/2019. Os atos foram organizados pelas centrais sindicais, pelas Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo e pelo movimento Vida Além do Trabalho (VAT).

A mobilização ocorre às vésperas de uma semana decisiva para a proposta, que prevê a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial. A expectativa é que a PEC seja votada pelo Senado nos primeiros dias de setembro. O primeiro passo será dado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que tem votação prevista para esta quarta-feira (2/9).

Para que a proposta avance no Senado, serão necessários pelo menos 49 votos favoráveis, entre os 81 integrantes da Casa. Por isso, as entidades sindicais defendem o fortalecimento da mobilização e a ampliação da pressão sobre os parlamentares.

Na capital paulista, milhares de pessoas participaram do ato realizado na Avenida Paulista. A manifestação reuniu trabalhadores, representantes de movimentos sociais e dirigentes das centrais sindicais, que reforçaram a importância da mobilização popular na reta final da campanha pela redução da jornada e pelo fim da escala 6x1.

Fonte: NCST

Centrais lançam canal para denunciar assédio eleitoral no trabalho

As centrais sindicais lançaram um canal nacional para receber denúncias de assédio eleitoral no trabalho durante as eleições de 2026. A ferramenta permite registrar casos de ameaças, constrangimentos, demissões, retirada de benefícios e outras formas de pressão relacionadas à escolha política dos trabalhadores.

O assédio eleitoral ocorre quando empregadores ou gestores usam sua posição de poder para tentar influenciar o voto ou a manifestação política de trabalhadores. Entre as práticas estão ameaças de demissão, transferência, perda de função ou benefícios e promessas de vantagens em troca de apoio político.

As denúncias serão sistematizadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

A partir das informações recebidas, as entidades sindicais poderão orientar os trabalhadores e adotar medidas para enfrentar as situações denunciadas. Quando houver evidências suficientes, os casos também poderão ser encaminhados ao Ministério Público do Trabalho (MPT).

O canal está disponível pela internet, sem necessidade de baixar aplicativo. Também há um contato de WhatsApp para orientações.

Denuncie: <https://centraisindicais.org.br/ae/>

Durigan: Lula estuda cobrar contribuição de empresas para conter pejetização

A equipe econômica do governo Lula estuda criar uma contribuição previdenciária voltada a empresas que mantenham uma parcela elevada de trabalhadores contratados como pessoa jurídica, em uma tentativa de coibir a chamada pejetização abusiva e reforçar a proteção social de profissionais que, embora atuem como PJs, exercem funções semelhantes às de empregados formais.

A informação foi divulgada em entrevista do ministro da Fazenda, Dario Durigan. Segundo o ministro, que também coordena a área econômica da campanha de Lula à reeleição, o tema já foi discutido internamente pelo governo e pode integrar uma proposta a ser encaminhada ao Congresso em um eventual quarto mandato petista.

Durigan afirmou que a preocupação central do governo é diferenciar a prestação legítima de serviços da substituição em larga escala de trabalhadores celetistas por pessoas jurídicas. O modelo de contratação por PJ não é ilegal em si, mas passa a ser visto como problema quando é utilizado para mascarar relações de emprego e reduzir custos das empresas com encargos trabalhistas e previdenciários.

O ministro citou como exemplo uma empresa em que 10% da força de trabalho esteja contratada como PJ. Nesse caso, avaliou, pode se tratar de terceirização regular. Mas, se 80% dos trabalhadores estiverem nessa condição, o governo entende que seria necessário discutir uma forma diferente de tributação. Uma das alternativas em estudo é exigir uma contribuição previdenciária da empresa para compensar parte da perda de arrecadação e ampliar a cobertura social desses profissionais.

Segundo Durigan, a pejetização feita para desonerar empresas dos pagamentos à Previdência tem ocorrido de maneira abusiva e deixa trabalhadores sem a proteção que teriam em um vínculo formal.

“Ao criar um microempreendedor ou ao pejetizar com outro regime de empresa, você deixa de dar proteção àquele trabalhador que de fato é um trabalhador que tem vínculo, que deveria ser um trabalhador celetista”, afirmou o ministro.

A discussão ocorre em meio à busca do governo por alternativas para enfrentar o déficit previdenciário, que tende a se tornar um desafio ainda maior com o envelhecimento da população brasileira. Para a equipe econômica, a expansão de relações de trabalho sem contribuição equivalente à Previdência reduz a arrecadação e amplia a vulnerabilidade de trabalhadores que, na prática, dependem de uma única empresa ou exercem atividades típicas de empregados.

A proposta em análise não significaria o fim da contratação de prestadores de serviço por meio de empresas. O foco, segundo a formulação apresentada por Durigan, está nos casos em que a pejetização se transforma em mecanismo recorrente para substituir empregados formais e diminuir obrigações previdenciárias.

Além da pejetização, Durigan associou o desequilíbrio previdenciário a privilégios mantidos por militares e por setores da elite do funcionalismo público. De acordo com o ministro, discutir a redução desses benefícios será uma das prioridades econômicas de um eventual novo mandato de Lula.

A agenda apresentada por Durigan também inclui a manutenção do arcabouço fiscal, ajustes nas regras de despesas e revisão de benefícios tributários. O ministro afirmou que o governo pretende entregar resultado primário positivo em 2027 e que o Orçamento do próximo ano deverá prever meta de superávit de 0,5% do PIB.

CNJ amplia diálogo em defesa da Política Nacional de Trabalho Decente

O Conselho Nacional de Justiça amplia o diálogo com trabalhadores, empregadores, instituições públicas e outros setores para construir uma Política Nacional de Promoção do Trabalho Decente.

Nesse processo, o Observatório do Trabalho Decente do Poder Judiciário promove reuniões temáticas destinadas a apresentar sua atuação e receber contribuições de diferentes setores sociais.

A iniciativa busca estabelecer um espaço permanente de diálogo social, aproximando instituições públicas, trabalhadores e entidades representativas para construir relações profissionais mais justas e dignas.

Além disso, o Observatório pretende ampliar a articulação institucional, produzir diagnósticos e integrar dados capazes de subsidiar políticas voltadas à promoção do trabalho decente nacionalmente.

Observatório amplia participação social - A ministra Kátia Magalhães Arruda, do Tribunal Superior do Trabalho, supervisiona o Observatório, enquanto Gabriela Lenz de Lacerda, juíza auxiliar do CNJ, coordena os trabalhos.

Nesse sentido, as reuniões permitem receber contribuições de organizações interessadas em oferecer subsídios técnicos para as atividades desenvolvidas pelo Observatório do Trabalho Decente atualmente.

“O diálogo social com as centrais sindicais e demais entidades representativas é fundamental para que o Poder Judiciário construa uma Política Nacional do Trabalho Decente verdadeiramente efetiva.”



De acordo com Kátia Arruda, a proposta pretende ampliar articulações, produzir diagnósticos precisos e integrar informações para promover trabalho digno e fortalecer mecanismos nacionais de proteção social.

A participação dos trabalhadores integra essa estratégia, juntamente com representantes empresariais, órgãos públicos, movimentos sociais, universidades, organizações civis e instituições dedicadas à pesquisa sobre trabalho.

Centrais sindicais participam das discussões

- Em 21 de agosto, o Observatório realizou reunião virtual com representantes de 13 centrais sindicais, ampliando a participação organizada dos trabalhadores na construção dessa política nacional.

Participaram representantes da Força Sindical, CUT, CSB, CTB, UGT, NCST e Fórum das Centrais Sindicais, além de outras organizações envolvidas diretamente nas discussões sobre trabalho decente.

Durante o encontro, os participantes conheceram e discutiram eixos da proposta, destacando a necessidade de participação social na formulação das futuras políticas públicas do Judiciário.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Desemprego cai para 5,3%, o menor para o trimestre terminado em julho

A taxa de desemprego no trimestre terminado em julho ficou em 5,3%. O resultado representa o menor patamar para esse período de três meses de toda a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, iniciada em 2012. No trimestre anterior, terminado em abril, a taxa era de 5,8%. Já no mesmo período do ano passado, 5,6%. Os dados foram divulgados pelo IBGE.

A Pnad revelou que o número de pessoas ocupadas atingiu 103,3 milhões, recorde da série histórica. O número de empregados com carteira assinada (excluindo trabalhadores domésticos) foi 39,4 milhões, também o maior da série histórica.

Já a quantidade de trabalhadores sem carteira assinada era de 13,8 milhões, crescimento de 3,6% na comparação com o período até abril (mais 477 mil pessoas).

De acordo com o analista da pesquisa, William Kratochwill, o crescimento da ocupação no trimestre até julho foi puxado pelo **setor de construção civil**. “A maioria aconteceu entre pedreiros e trabalhadores elementares da construção de edifícios”, cita.

O analista acrescenta que mudanças tecnológicas têm facilitado a obtenção de ocupação.

O contingente de desocupados ficou em 5,8 milhões, o que significa menos 503 mil pessoas (reco de 8%) em relação ao trimestre de fevereiro a abril.

A **taxa de informalidade** - proporção de trabalhadores informais na população ocupada - foi 37,5%. Até abril estava em 37,2%. O IBGE aponta como informais os trabalhadores sem carteira e os autônomos e empregadores sem CNPJ. Essas

pessoas não têm garantidas coberturas como seguro-desemprego, férias e 13º salário.

A **população desalentada**, formada por pessoas que não procuravam emprego pois acreditavam que não conseguiriam uma vaga, marcou 2,3 milhões de pessoas, queda de 9,7% no trimestre.

O **rendimento médio** do trabalhador ficou em R\$ 3.762, recuo de 0,7% na comparação com o período até abril. O IBGE classifica essa diferença como “estável”.

70% dos jovens brasileiros entre 16 e 29 anos trabalham

Pesquisa do Observatório Fundação Itaú mostra que o trabalho é presente na vida da juventude, mas somente 44% têm carteira assinada; desigualdades persistem em recortes sociais e regionais.

A juventude brasileira tem encontrado oportunidades no mercado de trabalho ainda que as desigualdades sociais, regionais e raciais permaneçam presentes. De acordo com a pesquisa “Juventudes e o Mundo do Trabalho”, do Observatório Fundação Itaú, realizada com apoio do Datafolha e do Instituto Locomotiva, 70% dos jovens de 16 a 29 anos estão trabalhando.

Desse contingente, 44% têm carteira assinada, que é a modalidade de contratação mais mencionada. Outros 15% são assalariados sem registro, 13% são autônomos, 10% trabalham informalmente e 8% são estagiários.

O estudo também indica que 20% dos jovens pesquisados buscam oportunidades de trabalho e 29% buscaram trabalho nos últimos 6 meses, enquanto 61% procuraram um melhor trabalho no último ano.

Fonte: Portal Vermelho



PIB do Brasil cresce 0,5% no segundo trimestre, revela estudo do IBGE

A economia brasileira cresceu 0,5% no segundo trimestre de 2026 na comparação com o primeiro trimestre. Em relação ao segundo trimestre de 2025, o Produto Interno Bruto (PIB), conjunto dos bens e serviços produzidos no país, apresenta alta de 2%.

No acumulado de quatro trimestres, o PIB teve expansão de 1,9%. Os dados são do IBGE. De acordo com o instituto, o PIB chegou a R\$ 3,4 trilhões no segundo trimestre. No primeiro semestre, a economia expandiu 1,9% na comparação com a primeira metade de 2025.

O boletim Focus, sondagem do Banco Central (BC) com instituições do mercado financeiro, divulgado nesta segunda-feira (31), projeta que 2026 deve terminar com crescimento do PIB de 1,92%.

Fonte: Agência Brasil

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

REINALDIM BARBOZA PEREIRA

Secretário Geral

EVILÁSIO DE DEUS LOPES

Secretário de Finanças

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

MAC CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO